



Dep. OSMAR BERTOLDI

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Deputado Osmar Bertoldi

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLADO	4416
EM	03/03/2011
FUNÇÃO	

PROJETO DE LEI nº 115/11

LIDO NO EXFEDIENTE CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 01 MAR 2011
1º Secretário

Súmula:

"Institui o atendimento reservado para clientes das Agências e Postos de Atendimento das Instituições Bancárias e Financeiras localizados no Estado do Paraná."

Art. 1º - As Agências e Postos de Atendimento das Instituições Bancárias e Financeiras localizados no Estado do Paraná devem proporcionar atendimento reservado aos clientes que manifestarem essa intenção.

§ 2º - Não se enquadram nas exigências do caput deste artigo os caixas eletrônicos ou onde houver auto-atendimento por parte dos clientes.

Art. 2º - As Agências e Postos de Atendimento das Instituições Bancárias e Financeiras devem manter dispositivo de emissão de senha para o atendimento reservado ou local de espera para este fim.

§ 1º - O local destinado aos clientes que ficam aguardando atendimento reservado deve ser visualmente isolado dos caixas de atendimento comum e da área de circulação comum das Agências e Postos de Atendimento dos estabelecimentos bancários e similares.

§ 2º - O material que confecciona o atendimento individual e reservado deve ser compacto ou opaco de forma que não haja transparências ou frestas em que se possa visualizar seu interior da área de espera comum e reservada, e de circulação comum das Agências e Posto de Atendimento dos estabelecimentos bancários e similares.

Art. 3º - As Instituições Bancárias e Financeiras tem o prazo de máximo de 90 (noventa) dias para adequarem suas instalações aos dispositivos desta Lei, contados da data de sua publicação.

Art. 4º - O descumprimento do disposto desta Lei implicará em sanções aplicadas pelo Estado do Paraná, na seguinte forma:

I - em multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais);

II - havendo reincidência, a multa importará em dobro.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 28 de fevereiro de 2011.



OSMAR BERTOLDI

DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

Devido ao crescente número de assaltos na saída das Agências e/ou Postos de Atendimento de Instituições Bancárias e Financeiras, após movimentações de saque envolvendo moeda em espécie, as estatísticas bem como a experiência mostra que entre as pessoas que aguardam na fila para serem atendidas pode haver um observador em conluio com assaltantes que identificam aqueles clientes que sacam determinada quantia em espécie e repassam as informações, inclusive fotos através de celulares, ao restante da quadrilha que normalmente segue a vítima e acaba por realizar o assalto quando esta já se encontra fora do estabelecimento.

O cliente ao realizar a transação fica totalmente vulnerável e visível aos demais clientes e possíveis meliantes facilitando a identificação da futura vítima e dos valores envolvidos, desta forma, temos a certeza que um sistema de atendimento reservado para os clientes que assim se manifestarem, constituído de uma área de espera e de atendimento individual com anteparo colocado estrategicamente que possa isolar visualmente do restante da área da agência ou posto de atendimento evitaria o constrangimento dos clientes no momento da conferência dos valores sacados, como também vai contribuir para que esta modalidade de crime diminua de forma vertiginosa em nosso Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 115/2011

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AUTORIA: DEPUTADO OSMAR BERTOLDI

SÚMULA: OBRIGA ATENDIMENTO RESERVADO AO
CLIENTE, NAS AGÊNCIAS E POSTOS DE ATENDIMENTO
BANCÁRIO, NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

EMENTA: DISPÕE SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA.
ATENDIMENTO RESERVADO DE CLIENTES
NAS AGÊNCIAS E POSTOS BANCÁRIOS.
CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. PARECER
FAVORÁVEL COM EMENDA.

I. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto a análise do Projeto de Lei n. 115/2011, de autoria do ilustre Deputado Osmar Bertoldi, o qual dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento reservado aos clientes, no âmbito das agências bancárias e postos de atendimento. Também prevê concessão de prazo de 90 (noventa) dias para as instituições se adaptarem às exigências, bem como, que no caso de descumprimento, podem ser aplicadas com sanções pecuniárias a serem aplicadas pelo Estado do Paraná.

É consabido, cabe à Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 33, Parágrafo 2., manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA .
N. 21.981 RJ (2006/0101729-2). Embargos de declaração
opostos por Banco Citibank S.A. ao acórdão de fls.
435-450, da relatoria da Ministra Eliana Calmon, assim
ementado:

**"ADMINISTRATIVO - FUNCIONAMENTO DOS
BANCOS - EXIGÊNCIAS CONTIDAS EM LEI
ESTADUAL E MUNICIPAL - LEGALIDADE.**

1. A jurisprudência do STF e do STJ reconheceu como
possível lei estadual e municipal fazerem exigências
quanto ao funcionamento das agências bancárias,
em tudo que não houver interferência com a atividade
financeira do estabelecimento (precedentes).
2. Lei estadual e municipal cuja encargo de
inconstitucionalidade não logrou êxito perante o Tribunal
de Justiça do Estado do RJ.
3. Em processo administrativo não se observa o princípio
da 'non reformatio in pejus' como corolário do poder de
auto tutela da administração, traduzido no princípio de
que a administração pode anular os seus próprios atos.
As exceções devem vir expressas em lei.
4. Recurso ordinário desprovido" (fl. 450).
5. "negritos nossos

Ainda, outras decisões:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO
DE SEGURANÇA. LEI DISTRITAL N. 2.456/99.
AGÊNCIAS DE BANCOS 24 HORAS. ITENS DE



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

jurídico e de técnica legislativa.

II. VOTO

Inicialmente, cumpre gizar que a teor do artigo 46 da Constituição Estadual, a Segurança Pública, fim a que se destina o projeto de lei em comento, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.

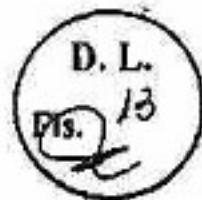
A Constituição Federal também prevê que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)

Tratando do tema relativo competência legislativa concorrente, a Carta Política, em seu art. 24 e parágrafos, limitou a União ao estabelecimento de normas gerais, reservando aos Estados e ao DF a possibilidade de legislar atendendo às suas peculiaridades.

Também, diante da análise da Iniciativa, a teor dos artigos 65, 66 e 87 da Constituição Estadual, o Projeto de Lei em comento não está dentre as privativas do Executivo.

No mesmo vértice, segundo entendimento consolidado do STJ, de acordo com precedentes do STF, inclusive, tanto o Estado, como os Municípios, como a União tem competência para legislar sobre situações como a presente, em que se pretende manter a incolumidade dos clientes das agências bancárias e postos de atendimento, desde que os entes estaduais e municipais não legislem sobre atividade financeira da Instituição.

É de se ver:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS. MATÉRIA AFETA AO INTERESSE LOCAL. ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 3, INCISO VI, DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. ORDEM DENEGADA. -NÃO PADECE DE INCONSTITUCIONALIDADE A LEI DISTRITAL N. 2.456/99, QUE, AO IMPOR AS AGÊNCIAS DE BANCOS 24 HORAS, A INSTALAÇÃO DE ITENS DE SEGURANÇA, TEVE POR ESCOPO PRECÍPUO A SEGURANÇA DOS CIDADÃOS QUE SE UTILIZAM DE TAIS SERVIÇOS, NOTADAMENTE PORQUE VERSA ACERCA DE TEMA RELATIVO À COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. CONSOANTE DISPÕE O ARTIGO 24 E PARÁGRAFOS, DA CARTA POLÍTICA, -DENEGADA A ORDEM. UNÂNIME.

TJDF - 18 de Agosto de 2005 .

"Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. FEBRABAN CONTRA OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE PORTAS ELETRÔNICAS DE SEGURANÇA NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS. ATO DOS ADMINISTRADORES DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF. LEGALIDADE CONSTITUCIONAL DA EXIGÊNCIA DO GDF. PRELIMINARES REJEITADAS. (...) No exclusivo da União encargo sobre a segurança dos bancos, mesmo porque, em princípio, a segurança obrigação de todos, sobretudo dever geral do Estado que deve preservar a ordem pública e a incolumidade das



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

pessoas e do patrimônio. Tem o GDF, pois, como
qualquer Estado Federado ou mesmo qualquer
Município competência concorrente constitucional
para legislar sobre segurança nos estritos limites do
seu território. (APC Nº 44.856/97, Rel. Des. EDUARDO
DE MORAES OLIVEIRA).

O
Desta forma, a levar em conta que o Projeto de Lei ora
analisado não interfere na competência exclusiva da União de legislar sobre a atividade
financeira das instituições financeiras, o Estado tem competência para legislar acerca da
segurança pública e incolumidade das pessoas.

Quanto a técnica legislativa, sugerimos emenda aditiva,
cujo teor segue anexo.

Por fim, o Projeto de Lei não gera despesas ao Estado,
pelo que, não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

III. PARECER

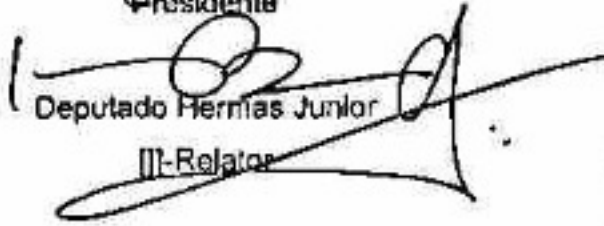
O
Assim sendo, o Projeto de Lei em comento, sob os
aspectos constitucionais, jurídicos e legais, merece análise favorável, com a emenda
sugerida.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 2011



Deputado Nelson Justus

Presidente



Deputado Hernias Junior

III-Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 115/2011

Com fulcro no que autoriza o artigos 137, § 3º, e 141, II, do Regimento Interno, faz-se necessário a apresentação da presente EMENDA ADITIVA, a fim de acrescentar o Art. 6º ao Projeto de Lei 115/2011, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 6º. Cabe ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei.


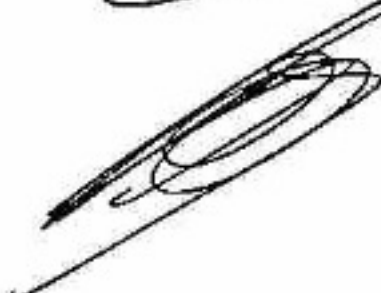

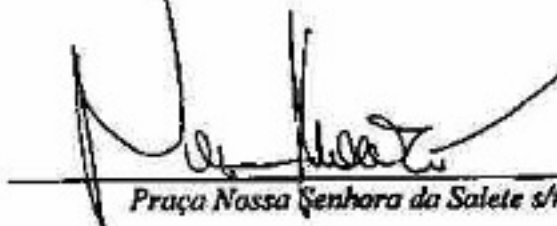
Sala das Comissões, 26 de abril DE 2011.

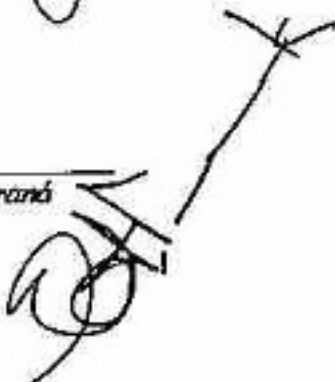

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná




COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 115/11

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Parlamentar Deputado Osmar Bertoldi, que objetiva instituir o atendimento reservado para clientes das Agências e Postos de atendimento das Instituições Bancárias e Financeiras localizadas no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável com emenda aditiva da Douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos constitucionais, jurídicos e legais.

Esta Comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o art. 33, §9º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e à segurança pública. Verifica ainda, esta Comissão que não existe nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Faz-se premente destacar que a implementação do presente projeto não gerará impacto financeiro ao erário. Não ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONCLUSÃO

Pelo que acima foi exposto, opinamos FAVORAVELMENTE ao Projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

10/maio/2011

DEPUTADO MAURO MORAES
PRESIDENTE

DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO
RELATOR

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 115/11

Projeto de Lei nº 115/11

Autor: Deputado OSMAR BERTOLDI.

Súmula: Institui o atendimento reservado para clientes das agências e postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras localizados no Estado do Paraná.

EMENTA: As agências e postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras localizadas no Estado do Paraná devem proporcionar atendimento reservado aos clientes que manifestarem essa intenção. Não se enquadram na exigência os caixas eletrônicos ou onde houver auto-atendimento por parte dos clientes.

PREÂMBULO

As agências e postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras localizadas no Estado do Paraná devem proporcionar atendimento reservado aos clientes que manifestarem essa intenção. Não se enquadram na exigência os caixas eletrônicos ou onde houver auto-atendimento por parte dos clientes.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FUNDAMENTAÇÃO

Em busca de um atendimento reservado aos clientes nos bancos a fim de coibir a ação de assaltantes no interior e nas proximidades das agências, O objetivo é trabalhar em defesa da segurança pública. A intenção desta medida é não colocar em risco a vida dos nossos cidadãos.

Os biombos ou anteparos trazem benefícios para os clientes. Esse é um investimento do banco que garante maior privacidade nas transações bancárias e segurança.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COMISSÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
PRESIDENTE DEPUTADO ANDRÉ BUENO.

RELATOR DULCIO GENARI

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonardo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adalino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Cleiton Kelsa - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rosa Lira - Deputado Péricles de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 115/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (com emenda), Comissão de Segurança Pública e Comissão de Indústria e Comércio, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor.

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Osmar Bertoldi, a obrigatoriedade legal de atendimento reservado para clientes das agências e postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras do Estado do Paraná.

Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado proponente de que tal medida vem proporcionar uma maior segurança para determinadas operações bancárias, evitando a atuação de meliantes.

Assim, é o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 115/2011.

Sala de Reuniões, 12/12 de 2011.

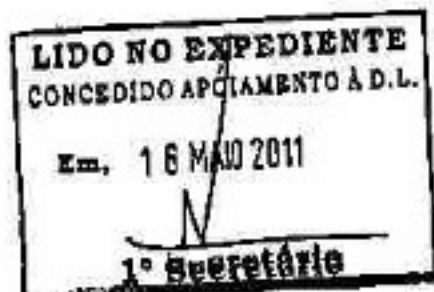
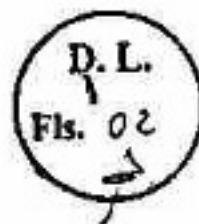
Deputado Leonaldo Paranhos
Presidente

Deputado Cleiton Kleise
Relator



DEP. ELTON WELTER
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter

PROJETO DE LEI Nº 403./2011



EMENTA: Dispõe sobre os incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas visando incentivar a implantação de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

§ 1º Considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendidos, simultaneamente, os requisitos fixados na Lei federal nº. 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 2º Para atender ao disposto no parágrafo anterior, considerar-se-ão todas as formas de posse da propriedade, mesmo as de caráter precário, inclusive aquelas detidas por arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros e assentados rurais.

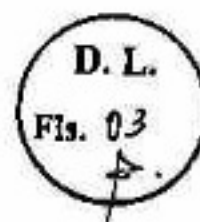
Art. 2º Considera-se sistema de produção agroecológica a proposta de agricultura que seja socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável e que englobe formas de produção orgânica, biodinâmica ou outros estilos de base ecológica.

Art. 3º O Governo do Estado definirá políticas de incentivo à adoção de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares do Paraná, através dos seguintes instrumentos:

- I – prestação de assistência técnica e extensão rural pública;
- II - pesquisa agroecológica;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter



III - comercialização de produtos agroecológicos;

IV - consumo de produtos agroecológicos pelos beneficiários de programas sociais e de alimentação escolar;

V - apoio a feiras agroecológicas;

VI - processo de certificação de qualidade;

VII - apoio às entidades reconhecidas nacionalmente que atuem com a certificação de produtos agroecológicos no Estado;

VIII - definição de linhas de crédito rural;

IX - apoio à organização de agricultores e consumidores de produtos agroecológicos;

X - ações voltadas à educação para o consumo responsável;

XI - promoção de eventos sobre agroecologia;

XII - adequação da legislação referente ao ICMS Ecológico.

Parágrafo único. A entidade pública oficial responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado priorizará o atendimento aos agricultores familiares.

Art. 4º Considera-se Feira de Produtos Agroecológicos o espaço destinado à reunião de agricultores familiares que comercializem produtos de origem agroecológica com certificação, em local predeterminado, com publicidade e com estrutura física dotada de identidade visual específica.

Art. 5º Os sistemas de produção agroecológica serão construídos com apoio de uma rede de gestão compartilhada da qual participem órgãos públicos e entidades que atuem com agroecologia ou que possam contribuir com pesquisas e outros meios para a consolidação do sistema.

Parágrafo único. Serão criados mecanismos que permitam o concurso integrado dos órgãos e entidades de que trata o caput deste artigo, em especial as universidades estaduais, os institutos de pesquisa e entidades do terceiro setor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter

D. L.

Fls. 04

Art. 6º A adesão das Prefeituras Municipais ao sistema de que trata esta lei será articulada pelos órgãos competentes do governo estadual a fim de que a produção agroecológica dos municípios seja incentivada e aproveitada.

Art. 7º A implantação de sistemas de produção agroecológica, nos moldes preconizados nesta Lei, terá prioridade entre as políticas públicas formuladas para a área.

Art. 8º Esta lei será regulamentada por decreto do Governador do Estado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

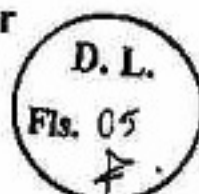
Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2011.


ELTON WELTER
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter



JUSTIFICATIVA:

O processo de produção de alimentos e matéria-prima na exploração dos solos agrícolas do Paraná é um dos principais alicerces da economia do Estado. Somos o maior produtor de grãos, com destaque para a produção de soja, milho, feijão e trigo. Também somos referência nacional na produção de carne de frango e de suínos. Somos o segundo maior produtor de leite do Brasil.

Por outro lado, somos o maior usuário de agroquímicos, com destaque para os diversos tipos de agrotóxicos. Apesar de o Estado do Paraná ter uma legislação específica sobre agrotóxicos, a sua utilização tem preocupado os diversos setores da saúde pública e do meio ambiente do Estado.

Nossos campos produzem grandes safras e chegamos a três safras por ano. Os solos agrícolas são impactados pelo uso constante de máquinas e implementos e a ação destas são marcantes no meio ambiente e na saúde humana. A degradação dos nossos rios, principalmente nos mananciais de abastecimento público, já atinge situações críticas, como as constatadas nas regiões de Toledo, Cascavel, Curitiba, Arapongas, Ponta Grossa etc. A nossa companhia de abastecimento optou pela captação de águas superficiais para abastecer 85% da nossa população. A companhia capta uma água que necessita passar por rigoroso tratamento químico a fim de garantir padrões de qualidade e servir à nossa população.

Quando se trata da questão do consumo de alimentos "limpos e saudáveis" duas direções são apontadas: a primeira refere-se à necessidade de trabalhar sobre os impactos negativos dos agrotóxicos, prejudiciais à saúde do consumidor e do trabalhador da agricultura; a segunda refere-se aos problemas com as embalagens e à certificação.

Na agroecologia, a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserida na natureza rica em diversidade, inúmeros tipos de plantas, animais,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter

D. L.

Fls. 06

microorganismos, minerais e infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta Terra. Além disso, não se pode esquecer que a agroecologia engloba ramificações e especializações, como agricultura biodinâmica, agricultura ecológica, agricultura natural, agricultura orgânica, etc.


Assim é que os espaços rurais do Estado do Paraná não são somente espaços de produção, mas também espaços que permitem o desenvolvimento de outras atividades, como o turismo rural e aquelas voltadas à transformação de alimentos.

Começaram tais espaços, nos últimos anos, a ter grande importância nas políticas públicas que tratam da preservação e da conservação ambiental. É também por esta razão que queremos mudar o paradigma que outrora orientou o uso do solo no nosso Estado. Ao propor uma alteração nos processos de produção de alimentos, com a conversão para os sistemas agroecológicos, vamos garantir uma política mais conservacionista, inclusive no tocante à proteção da qualidade hídrica dos nossos cursos d'água, ao diminuir as ações com a utilização de produtos químicos e garantir uma água de qualidade.

Vamos aliar políticas de produção com as políticas de conservação ambiental e, ao mesmo tempo, oferecer ao Executivo Estadual as bases legais para esta ação.

Tais são as principais ideias que embasam este Projeto de Lei, que ora oferecemos à sociedade paranaense, esperando contar com o apoio dos legítimos representantes da população de nosso Estado nesta Casa.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2011.


ELTON WELTER
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter



Substitutivo Geral ao

PROJETO DE LEI Nº 403/2011

EMENTA: Dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

§ 1º Considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e utiliza, predominantemente, mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas, observados, simultaneamente, os requisitos fixados na Lei federal nº. 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 2º Para atender ao disposto no parágrafo anterior, considerar-se-ão todas as formas de posse da propriedade, mesmo aquelas em caráter precário, inclusive as detidas por arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros e assentados rurais.

Art. 2º Considera-se sistema de produção agroecológica a proposta de agricultura que seja socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável e que englobe formas de produção orgânica, biodinâmica ou outros estilos de base ecológica estabelecidos na Lei federal nº 10.831/2003.

Art. 3º O Governo do Estado definirá políticas de incentivo à adoção de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares do Paraná, através dos seguintes instrumentos:

I - prestação de assistência técnica e extensão rural pública;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter



II - pesquisa agroecológica e sistematização de experiência dos saberes tradicionais;

III - comercialização de produtos agroecológicos, por meio do fortalecimento de mercado de venda direta com apoio as Feiras Agroecológicas, fortalecimento de vendas indiretas e mercados institucionais promovidos pelas políticas públicas;

IV - consumo de produtos agroecológicos pelos beneficiários de programas sociais e de alimentação escolar;

V - apoio a feiras agroecológicas;

VI - apoio à criação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica como a certificação, os sistemas participativos de garantia e o controle social para a venda direta sem certificação, observado, no que couber, o disposto no Decreto federal nº 6.323/2007;

VII - apoio às organizações de controle social e às entidades que atuem com avaliação da conformidade ou formas participativas de avaliação de produtos agroecológicos no Estado;

VIII - definição de linhas de crédito rural;

IX - apoio à organização de agricultores e consumidores de produtos agroecológicos;

X - ações voltadas à educação para o consumo responsável, incluindo visitas de consumidores aos locais de produção;

XI - promoção de eventos sobre agroecologia;

XII - adequação da legislação referente ao ICMS Ecológico;

XIII - introdução de temas relativos à agroecologia no ensino de nível fundamental, médio e superior.

§ 1º A entidade pública oficial responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado priorizará o atendimento aos agricultores familiares.

§ 2º As entidades oficiais de pesquisa agropecuária que atuam com o tema agroecológico devem receber apoio dos diversos fundos públicos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter



Art. 4º Considera-se Feira de Produtos Agroecológicos o espaço permanente destinado à reunião do conjunto dos consumidores e de agricultores familiares, que comercializem produtos de origem agroecológica por meio de mecanismos de controle para garantia da qualidade orgânica, quer seja certificação auditada, participativa ou por controle social, em local predeterminado, com publicidade e com estrutura física dotada de identidade visual específica.

Art. 5º Os sistemas de produção agroecológica serão construídos com apoio de uma rede de gestão compartilhada da qual participem órgãos públicos e entidades que atuem com agroecologia ou que possam contribuir com pesquisas ou outras experiências para a consolidação do sistema.

Parágrafo único. Serão criados mecanismos que permitam o concurso integrado dos órgãos e entidades de que trata o *caput* deste artigo, em especial as universidades estaduais, os institutos de pesquisa e entidades do terceiro setor.

Art. 6º A adesão das Prefeituras Municipais ao sistema de que trata esta Lei será articulada pelos órgãos competentes do governo estadual a fim de que a produção agroecológica dos municípios seja incentivada e aproveitada.

Art. 7º A implantação de sistemas de produção agroecológica, nos moldes preconizados nesta Lei, terá prioridade entre as políticas públicas formuladas para a área.

Art. 8º Esta Lei será regulamentada por decreto do Governador do Estado, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

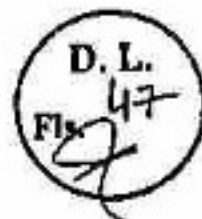
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em de agosto de 2011.


ELTON WELTER
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 403/11

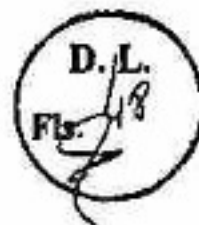
Projeto de Lei nº 403/11
Autor: Deputado Elton Welter.

Sumula: Dispõe os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. INCENTIVOS À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ORGÂNICA PELOS AGRICULTORES FAMILIARES. PARECER DA SECRETARIA DE AGRICULTURA NÃO OBSTANDO O PROSSEGUIMENTO DO PROJETO. POSSIBILIDADE. ARTIGO 23 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 124 E 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, visa instituir Incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná.



FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à competência para legislar, trata-se de matéria comum prevista no artigo 23, VIII, da Constituição Federal, conforme segue:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...) VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

Com efeito, o Projeto de Lei inicial foi alterado pelo Substitutivo Geral, protocolado através do memorando nº. 006/2011 do autor da proposição.

A proposição foi baixada em diligência para a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento para melhor apreciação técnica do tema, que segue abaixo.

No dia 21 de Julho deste ano, foi realizada uma Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Agroecologia e Agricultura orgânica na Cidade de Londrina para discussão do tema.

A análise final não encontra óbice por parte da Secretaria citada, sendo que o presente Projeto deve prosperar quanto a sua constitucionalidade e legalidade, sendo objeto de maior apreciação na Comissão de Agricultura.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça*



Em sendo assim, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.
(grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifo nosso)

Como não houve óbice por parte da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, o presente Projeto de Lei deve prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
50
7

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de Setembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS *Coito*
PRESIDENTE

[Signature]
DEPUTADO PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

[Multiple signatures and stamps]

*Contador Auditor
vice presidente*

[Signature]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 403/2011

PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Elton Welter dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO:

As profundas transformações ocorridas na produção agropecuária e extrativista brasileira a partir da década de 1960, trouxeram consequências trágicas ao meio ambiente. A modernização que impactou o setor agropecuário através de pacotes tecnológicos desenvolvidos no âmbito da chamada Revolução Verde (RV), causaram aumentos consideráveis na produtividade agrícola, mas também injustiças sociais e degradação ambiental no meio rural brasileiro.

Os padrões produtivos dessa Revolução difundidos no país a partir deste período, levaram a homogeneização das práticas produtivas, da simplificação e da extrema artificialização do meio natural através da utilização intensiva de Motomecanização, de fertilizantes inorgânicos, de agrotóxicos, de equipamentos pesados, e de híbridos de alta resposta e rendimento. Este modelo se caracterizou por ser extremamente especializado e por procurar se viabilizar através da maior escala de produção em curto espaço de tempo. No entanto, esses avanços tecnológicos não apresentaram respostas adequadas à totalidade das situações marcadamente heterogêneas existentes no meio rural.

Os impactos socioeconômicos da modernização da agricultura foram acompanhados de impactos ambientais. E do êxodo de muitos agricultores de suas propriedades, em geral as de pequeno porte. Um dos maiores desafios a ser enfrentado pela sociedade moderna e o desenvolvimento rural sustentável conhecido também como (agroecológico). Esse enfrentamento requer ações e iniciativas incisivas sobre o tema. O Projeto de Lei 403/2011, de autoria do nobre Deputado Elton Welter, dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares do Estado do Paraná. Esta iniciativa contribuirá significativamente com a melhora dos patamares de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas, e na

72



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



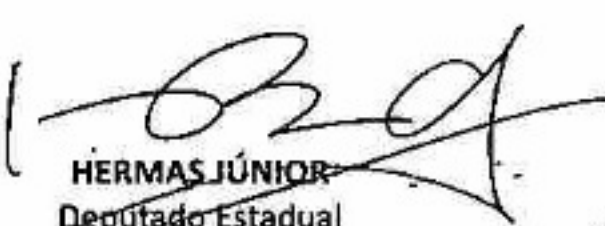
conservação e recuperação dos recursos naturais, assegurando a produção de alimentos limpos, de qualidade biológica, e acessíveis a diversos segmentos da população.


O projeto obedece ainda o preceito da compatibilidade entre a Legislação Federal e estadual, que legitima a medida através do princípio da supremacia, estabelecido aqui pelo texto da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 que Estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Diante dos fatos, opino FAVORÁVELMENTE pela aprovação e continuidade da tramitação do referido Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das comissões, 07 de novembro de 2011.


HERMAS JÚNIOR
Deputado Estadual
Presidente da Comissão de Agricultura


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 403/2011

PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Elton Welter, dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO:

As transformações ocorridas na produção agropecuária brasileira na década de 60, trouxeram consequências trágicas ao meio ambiente. O impacto que o setor agropecuário provocou através de pacotes tecnológicos desenvolvidos no âmbito da chamada Revolução Verde (RV), causaram aumentos consideráveis na cadeia produtiva e a degradação ambiental desenfreada.

Os padrões dessa Revolução, levaram a homogeneização da produção, com base nas práticas artificiais aplicadas ao meio natural, através da utilização intensiva da motomecanização, e da aplicação de fertilizantes inorgânicos, agrotóxicos, equipamentos pesados, e híbridos de alta resposta e rendimento. Este modelo se caracterizou por ser extremamente especializado e por viabilizar maiores escalas de produção em curto espaço de tempo. No entanto, a aplicação de toda essa tecnologia acabou por não contemplar todas as necessidades existentes no meio rural. Os impactos socioeconômicos da modernização da agricultura foram acompanhados de impactos ambientais. E do êxodo de muitos agricultores de suas propriedades, em geral as de pequeno porte.

Um dos maiores desafios a ser enfrentado pela sociedade moderna é o desenvolvimento rural sustentável conhecido também como (agroecológico). Esse enfrentamento requer ações e iniciativas incisivas sobre o tema. O Projeto de Lei 403/2011, de autoria do nobre Deputado Elton Welter, dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares do Estado do Paraná. Esta iniciativa contribuirá significativamente com a melhora dos patamares de sustentabilidade ambiental, dos agroecossistemas e na conservação e recuperação dos recursos naturais, assegurando a produção de alimentos limpos, de qualidade biológica, e acessíveis a diversos segmentos da população.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 5

O projeto obedece ainda o preceito da compatibilidade entre a Legislação Federal e estadual, que legitima a medida através do princípio da supremacia, estabelecido aqui pelo texto da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 que Estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Diante dos fatos, opino FAVORÁVELMENTE pela aprovação e continuidade da tramitação do referido Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das comissões, 12 de dezembro de 2011.

LUIZ EDUARDO CHEIDA

Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

RASCA RODRIGUES

Deputado Estadual – PV

Relator



DEP. ROSE LITRO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02

PROJETO DE LEI No. 411/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 MAIO 2011

1º Secretário

DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO, VIA COBRANÇA NA FATURA DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS, POR DESPESAS DECORRENTES DO ACIONAMENTO INDEVIDO DOS SERVIÇOS TELEFÔNICOS DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS ENVOLVENDO REMOÇÕES OU RESGATES, COMBATE A INCÊNDIOS OU OCORRÊNCIAS POLICIAIS (TROTE TELEFÔNICO).

Art. 1º O responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais deverá ressarcir aos cofres públicos, mediante cobrança na fatura de serviços telefônicos da linha utilizada para a chamada, as eventuais despesas relacionadas ao atendimento.

§1º Entende-se por acionamento indevido aquele originado de má-fé ou que não tenha como objeto o atendimento a emergência ou situação real que venha a justificar o acionamento, salvo nos casos de erro justificável.

§2º É garantida a ampla defesa ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º Os órgãos e instituições públicos, responsáveis pela prestação dos serviços de emergência aqui tratados, deverão divulgar tabelas de custos, abrangendo, separadamente, cada etapa das rotinas relacionadas ao atendimento das emergências, desde os custos de atendimento e triagem das chamadas até os custos dos deslocamentos das equipes, bem como adotar as medidas administrativas e operacionais, junto às operadoras dos



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

serviços de telefonia, necessárias à identificação dos responsáveis pelos acionamentos e à posterior cobrança, nas faturas de serviços de linhas fixas e móveis, dos valores correspondentes aos ressarcimentos de despesas de que trata esta Lei.

Art. 3º Os ressarcimentos objeto dos Art. 1º "caput" e Art. 2º terão, como objeto único, a cobertura das despesas com acionamentos indevidos, tendo em vista a manutenção da capacidade de pronta-resposta dos serviços disponibilizados à população, devendo os recursos arrecadados serem repassados pelas operadoras à Secretaria de Estado de Fazenda, ou conforme sua orientação, com destinação vinculada aos serviços de emergência envolvidos, ou, preferencialmente às instituições assistenciais do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, em 18 de maio de 2011.


ROSE "LITRO"
Deputada Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Os trotes recebidos pelas centrais de serviços de atendimento de urgência e emergência são os mais variados possíveis. Vão desde crianças fazendo ligações por pura brincadeira a simulações de ocorrências com grande realismo que, por vezes, chegam a provocar mobilização efetiva de pessoal e viaturas sem propósito algum.

A ligação para os serviços de emergência é gratuita para o cidadão, já que é o estado quem paga a tarifa. Entretanto, mesmo sem sentir no bolso, toda a população paga o custo dos trotes, já que o dinheiro desperdiçado poderia ser investido em equipamentos e pessoal da própria PM, do Corpo de Bombeiros, do SIAT. Isso sem contar o que é gasto com a mobilização de equipes, combustível, entre outras despesas.

Isso sem contar com o tempo perdido em um atendimento inexistente em que muitas vezes se deixa de atender uma ocorrência real.

Para coibir esses abusos praticados contra o poder público, de acordo com o projeto de lei, o responsável pelo acionamento dos serviços de emergência deverá ressarcir aos cofres públicos, através da conta telefônica, as eventuais despesas relacionadas ao atendimento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 411/2011.

Projeto de Lei nº. 411/2011
Autor: Deputada Rose Litro.
EM ANEXO
Projeto de Lei nº. 537/2011.
Autor: Deputado Leonaldo Paranhos.

Súmula: Dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais (trote telefônico).

EMENTA: RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANÇA NA CONTA DE TELEFONE REFERENTE A ACIONAMENTO INDEVIDO (TROTE) PARA SETORES DE EMERGÊNCIA DE REMOÇÃO OU RESGATE, COMBATE A INCÊNDIO OU OCORRÊNCIA POLICIAL POSSIBILIDADE. ART. 63 E 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

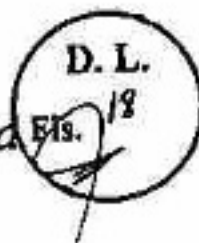
PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rose Litro, tem por intuito penalizar aquelas pessoas que passam trotes telefônicos para setores de emergências envolvendo remoção ou resgate,

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



combate a incêndio ou ocorrência policial, realizando a cobrança de uma multa na conta telefônica.

Encontra-se acostado o Projeto de Lei n. 537/2011, de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos, o qual foi protocolado posterior ao presente, sendo que abarca total similitude a matéria em análise.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1996 e alterações posteriores.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Conforme o artigo 63, Inciso III da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, a qual dispõe sobre a elaboração de leis ordinárias, da qual se trata a proposição em tela, senão vejamos:

Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III - leis ordinárias;

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a competência dos Deputados, quando a matéria não for de exclusividade do Governador do Estado, a qual abarca a matéria objeto da análise, senão vejamos:

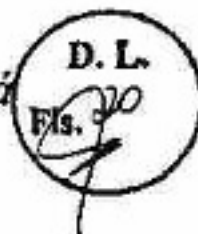
Art. 124º. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.
(Grifos Nossos).

Continuando, sobre a elaboração das leis, temos no artigo 65 da Constituição Estadual o que segue:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 85. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, pois não acarretará aumento de despesa para o Poder Executivo.

No que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.

Por fim, vemos através da legislação acima explanada, que a Assembléia Legislativa do Paraná é competente para legislar sobre a matéria objeto do Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.



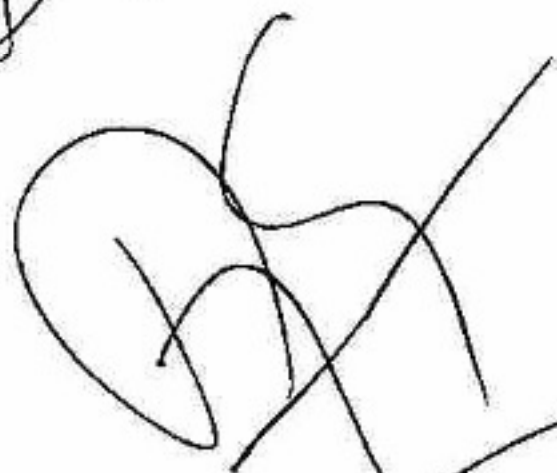
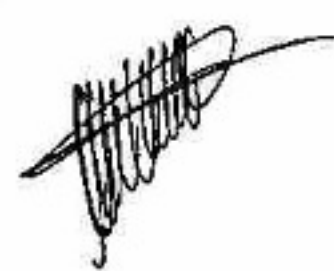
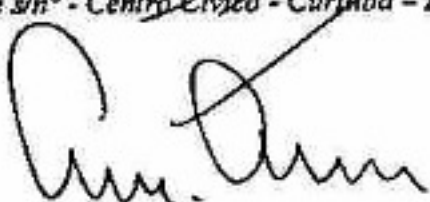
Sala das Comissões, 23 DE AGOSTO de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 411/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Nobre Deputada Rose "Litro", Dispõe sobre ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes de acionamento indevido dos serviços de emergência.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, em nada podemos oferecer óbice, pois se trata de interesse público, e visa combater um problema que traz ônus ao poder público, desperdício de tempo e dinheiro, mobilizando equipes para ocorrências in-existentes, ainda a proposição da Nobre Deputada Rose "Litro" obteve pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

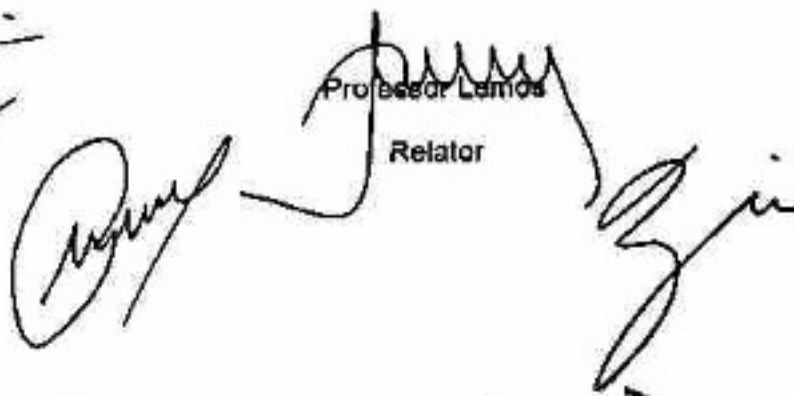
CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 13 de Setembro de 2011.


Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Professor Lemos
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECE AO PROJETO de lei nº 411/11 e 537/11.

Projetos de Lei nº 411 /11 e nº 537/11

Autores: Deputada Rose Litro e Deputado Paranhos

Súmula: O presente Projetos de Lei, nº 411/11 e 537/11 respectivamente de autoria da Nobre Deputada Rose Litro e do Nobre Deputado Paranhos, dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais (trote telefônico).

EMENTA: O presente Projetos de Lei, nº 411/11 e 537/11 respectivamente de autoria da Nobre Deputada Rose Litro e do Nobre Deputado Paranhos, dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais (trote telefônico).

. IMPOSSIBILIDADE. ARTS. 7º, 65 E
87 CE. ART. 2º CF. ART. 12 LEI
FEDERAL 8112/90. ART. 27 LEI
ESTADUAL 6174/70. TEORIA DA
SEPARAÇÃO DOS PODERES. ART.
7º LC 95/98.



PREÂMBULO

O presente Projetos de Lei, nº 411/11 e 537/11 respectivamente de autoria da Nobre Deputada Rose Lito e do Nobre Deputado Paranhos, dispõe sobre o ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de serviços telefônicos, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais (trote telefônico).

FUNDAMENTAÇÃO

Entende-se por acionamento indevido aquele originado de má-fé ou que não tenha como objeto o atendimento a emergência ou situação real que venha a justificar o acionamento – "O frequente acionamento indevido desses recursos, com finalidade irresponsável, provoca o deslocamento desnecessários de recursos humanos e materiais – bem como exige determinado esforço de trabalho e tempo nos processos de triagem – que poderia significar a diferença entre a vida e a morte em face de situações reais que, eventualmente, venham a surgir."

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação aos projetos, através desta relatoria, verifica-se, que não há nenhum óbice quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



Ademais, a Constituição Estadual em seu artigo 65 assevera que a iniciativa de leis ordinárias cabe, dentro outros, a qualquer membro ou comissão desta Casa de Leis:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.

Deputado André Bueno

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

RELATOR: TONINHO WANDCHEER

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonardo Paranhos
Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro
Membros Titulares: Deputado Claiton Kleise - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rosa Litro - Deputada Párcida de Melo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer aos Projetos de Lei n. 411/2011 e 537/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Indústria e Comércio, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe os Deputados Rose Litro e Paranhos, a obrigatoriedade legal do ressarcimento ao Estado, via cobrança na fatura de telefone, por despesas decorrentes do acionamento indevido dos serviços de atendimento à emergências.

Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelos Deputados proponentes de que tal medida visa a inibir os denominados "trotes" que são realizados contra os serviços de atendimento de emergência, altamente prejudiciais ao erário público.

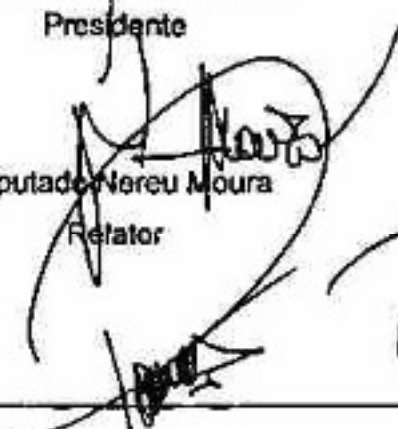
De outro lado, os parâmetros utilizados para o ressarcimento se encontram nos limites da legislação consumerista, havendo total compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente.

Assim, é o parecer favorável ao prosseguimento da tramitação dos Projetos de Lei 411/2011 e 537/2011.



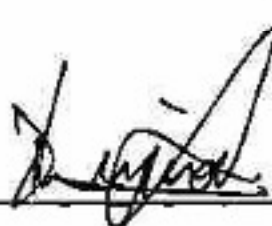
Sala de Reuniões, 15/12 de 2011.



Deputado Adelino Ribeiro
Presidente



Deputado Nereu Moura
Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.

Em, 18 MAIO 2011

Pravaty
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

437/11

~~Somula~~ Autoriza o Poder Executivo a
criar o Selo Agricultura Natural.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito do Estado, o Selo Agricultura Natural, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, com o objetivo de informar ao consumidor final que o produto, com esse certificado, foi produzido através de sistema orgânico de produção.

Parágrafo único - Para fins desta lei, considera-se sistema orgânico de produção aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais, sociais e econômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminação que ponha em risco a saúde do consumidor, do produtor e do meio ambiente, e que promovam a autossustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados, transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo.

Art. 2º - Fica a Secretaria de Agricultura e Abastecimento responsável por definir os critérios objetivos que serão utilizados para a concessão do selo de que trata o art. 1º.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Alexandre Curi
DEPUTADO ESTADUAL
ALEXANDRE CURÍ

JUSTIFICATIVA



Em sistemas orgânicos de produção, adotam-se tecnologias que otimizam o uso dos recursos naturais, sociais e econômicos, produzindo alimentos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminação que ponha em risco a saúde do consumidor, do produtor e do meio ambiente. Esses sistemas não geram lixo tóxico, além de reciclarem e promoverem o reuso dos nutrientes dos próprios resíduos.

Eles promovem, também, a autossustentação no tempo e no espaço da produção, a maximização dos benefícios sociais, respeitando a integridade cultural das regiões em que operam, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados, transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo.

Portanto, o objetivo principal deste projeto de lei é instituir um selo para que o consumidor tenha certeza de que o alimento comprado foi produzido em um sistema orgânico de produção.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 12

PARECER

Projeto de Lei nº 417/11

Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a criar o Selo Agricultura Natural.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem o objetivo de instituir o Selo Agricultura Natural, com o objetivo de informar ao consumidor final que o produto com esse certificado foi produzido através de sistema orgânico de produção.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Ainda, a Constituição do Estado do Paraná garante a prerrogativa aos parlamentares para a proposição de leis:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



D. L.
Fls. 13

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que tange a competência, ressalta-se que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

A Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Ora, ao analisar este projeto de lei, nota-se que o nobre parlamentar visa: "Otimizar os recursos naturais, sociais e econômicos". Exatamente como preceitua principalmente o parágrafo único do artigo 1º deste projeto:

Parágrafo único - Para fins desta lei, considera-se sistema orgânico de produção aquela em que se adotem tecnologias



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 14

que otimizem o uso de recursos naturais, sociais e econômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminação que ponha em risco a saúde do consumidor, do produtor e do meio ambiente, e que promovam a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados, transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo.

Assim sendo, pode-se perceber que o tema abordado pelo parlamentar está elencado nos artigos constitucionais acima apresentados e, portanto, demonstrando a sua competência para a propositura deste projeto de lei.

No entanto, havia pontos que tornavam o projeto de lei inconstitucional e, deste modo, a fim de sanar estes pontos foi apresentada a Emenda Substitutiva Geral que segue em anexo.

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n° 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FD-15
ARA

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, nos termos da Emenda Substitutiva anexa.

Sala das Comissões, 23 de Junho de 2011.

09026

DEF. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**

Dep. Todue Uenit
" La Edson
" Fernando
Sonora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 16

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL – PROJETO DE LEI 417/2011

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 2º do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Súmula: Fica instituído no Estado do Paraná o Selo Agricultura Natural.

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná o Selo Agricultura Natural, com o objetivo de informar ao consumidor final que o produto com este selo foi devidamente produzido através de um sistema orgânico de produção.

Parágrafo único - Para fins desta lei, considera-se sistema orgânico de produção aquele em que se adotem tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais, sociais e econômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminação que ponha em risco a saúde do consumidor, do produtor e do meio ambiente, e que promovam a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados, transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de Junho de 2011.

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DA AGRICULTURA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 417/11



Projeto de Lei nº 417/11

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem o objetivo de instituir o Selo Agricultura Natural, com o objetivo de informar ao consumidor final que o produto com esse certificado foi produzido através de sistema orgânico.

DA TRAMITAÇÃO

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DA ANÁLISE DO MÉRITO

Conforme bem citado na justificativa apresentada pelo Dep. Estadual Alexandre Curi, o objetivo deste projeto é instituir o selo, em alimentos que otimizam o uso dos recursos naturais, sociais e econômicos, assim como os isentos de qualquer tipo de contaminação que possa vir a colocar em risco a saúde do consumidor, do produtor e do meio ambiente.

Sendo o objetivo principal deste projeto, instituir um selo para que o consumidor tenha a certeza de que o



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

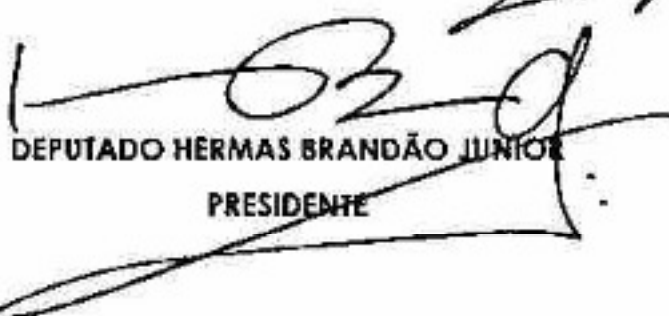
Fls. 19


alimento comprado foi produzido em um sistema orgânico de produção. Fazendo com que a população paranaense tenha maior segurança quanto aos produtos adquiridos para o consumo.

DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos pelo Parecer favorável e somos pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 2011


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

D. L.

Fls. 22



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Leonaldo Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelson Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleiss - Deputado Nereu Moura
Deputado Pedro Lupion - Deputada Rosa Lira - Deputado Párcia de Mello

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei n. 417/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Agricultura, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual Alexandre Curi, a instituição no Estado do Paraná do Setor de Agricultura Natural.

Esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo
Deputado proponente acerca da importância em informar com segurança ao
consumidor de que aquele produto foi produzido dentro dos critérios da
agricultura orgânica.

D. L.

Fls. 23

Assim, é o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 417/2011

Sala de Reuniões, 06/12 de 2011.

Deputado Leonaldo Paranhos

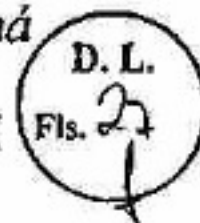
Presidente

Deputado Pedro Lupion

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 417/2011

AUTOR: DEPUTADO ALEXANDRE CURI

**SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
A CRIAR O SELO AGRICULTURA NATURAL**

**EMENTA: PROJETO QUE ATENDE O
INTERESSE PÚBLICO E PROTEÇÃO AO
MEIO AMBIENTE. PARECER FAVORÁVEL.**

Trata de Projeto de Lei que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, através da SEAB, a conferir o SELO AGRICULTURA NATURAL para iniciativas que operem o sistema orgânico de produção, ou seja, a otimização do uso de recursos naturais, sociais e econômicos, respeitando a integridade cultural.

O projeto de lei define, no Parágrafo Único do artigo 1º, as hipóteses de sistema orgânico de produção, bem como, estabelece que caberá ao Poder Executivo, através da SEAB regulamentar a lei, bem como, estabelecer os critérios objetivos a serem utilizados para a concessão do Selo Agricultura Natural.

De acordo com o Regimento Interno desta Casa, no âmbito da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, cabe a análise do mérito do

h



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

D. L.
Fls. 28
f

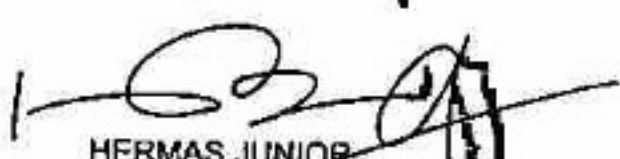
Projeto, ou seja, se o mesmo está de acordo com as diretrizes de proteção ao meio ambiente e se o interesse público voltado à área está respeitado.

Sendo assim, porque o projeto de lei cria mecanismo autorizatório para que o Poder Executivo conceda certificação a iniciativas voltadas à agricultura natural, bem como, porque tem por objetivo, também, informar ao consumidor final que o produto certificado é livre de fórmulas que podem causar males à saúde, o mesmo atende o interesse público e protege o meio ambiente, pelo que, deve ser aprovado pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do

PROJETO DE LEI.

Curitiba, 14 de dezembro de 2011


HERMAS JUNIOR

RELATOR


Cheida


E. Junior

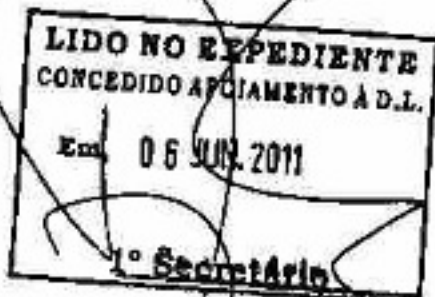
Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora do Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02
w




Projeto de Lei nº 472/11

Inserir no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Mata Ciliar.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Dia da Mata Ciliar, a ser comemorado anualmente no dia 24 de setembro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2011.


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo inserir no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Mata Ciliar, a ser comemorado anualmente no dia 24 de setembro.

Mata ciliar é a formação vegetal localizada às margens dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes. Como o próprio nome diz, são os cílios dos corpos d'água. Também é conhecida como mata de galeria, mata de várzea, vegetação ou floresta ripária. A área abrangida pela mata ciliar é considerada pelo Código Florestal Federal como APP – área de preservação permanente, e agrega diversas funções ambientais, devendo possuir uma extensão específica a ser preservada de acordo com a largura do rio, lago, represa ou nascente.

Formada nos mais diversos tipos de terrenos, a mata ciliar é de extrema importância para a manutenção da biodiversidade tanto da flora quanto da fauna locais, servindo de abrigo, alimentação, reprodução e proteção para plantas e animais. Além disso, tem como funções de relevante importância, manter a qualidade da água; estabilizar e controlar o solo às margens dos rios, evitando que desbarranquem ou que ocorra assoreamento; regulariza os lençóis freáticos; serve como corredor ecológico entre as espécies, devido aos longos trechos que acompanham os corpos d'água; mantém o leito dos rios sob controle evitando inundações e, ainda, controla a temperatura da água, proporcionando abrigo às espécies aquáticas.

Diante do exposto, acreditamos que uma data específica para comemorar o dia da Mata Ciliar, no mês de início da primavera, em seguida ao dia da árvore, vai servir como marco para que sua importância seja lembrada, anualmente e enfatize a urgência da sua preservação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 11

PARECER AO PROJETO DE LEI 472/11

Projeto de Lei nº 472/11

Autor: Deputado Estadual Rasca Rodrigues

Súmula: Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia da Mata Ciliar.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO ESTADUAL O DIA DA MATA CILIAR. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, objetiva inserir no Calendário Estadual o dia da "Mata Ciliar", a ser comemorado anualmente, no dia 24 do mês de setembro.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 12
Jun.

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 13

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 14

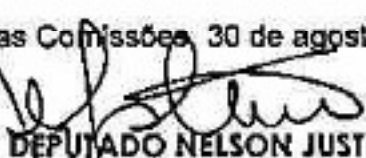
Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

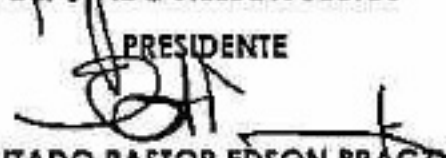
O Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

O Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



COMISSÃO DE AGRICULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 472, DE 2011

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA
sobre o Projeto de Lei nº 472, de 2011, que
"Insere no calendário oficial do Estado do
Paraná o Dia da Mata Ciliar."

RELATOR: DEPUTADO ELTON WELTER

I - RELATÓRIO

O projeto em exame, de autoria do DEPUTADO RASCA RODRIGUES, prevê a inserção no calendário turístico oficial do Estado do Paraná do Dia da Mata Ciliar a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de setembro. Na justificativa, o autor esclarece o conceito de mata ciliar e informa que a área abrangida por mata ciliar é considerada como área de preservação permanente pelo Código Florestal, devendo possuir uma extensão específica a ser preservada às margens dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes.

II - ANÁLISE DA MATÉRIA

Submetida à análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a matéria recebeu parecer favorável do Relator, DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK, sendo aprovada, sem emendas, e remetida à Comissão de Agricultura.

Quanto ao mérito, cumpre destacar que, nos termos do art. 33-E do Regimento Interno, acrescido pela Resolução nº 3, de 27 de abril de 2011 (*Diário Oficial da Assembleia, de 28 de abril de 2011*), *in verbis*:

Art. 33-E Compete à Comissão de Agricultura manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna, e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos.

A proposição em tela visa, portanto, inserir no calendário turístico oficial do Estado do Paraná o Dia da Mata Ciliar, que será comemorado, anualmente, no dia 24 de setembro, mês de início da Primavera, e em seguida ao Dia da Árvore, conforme a justificativa apresentada pelo Autor.



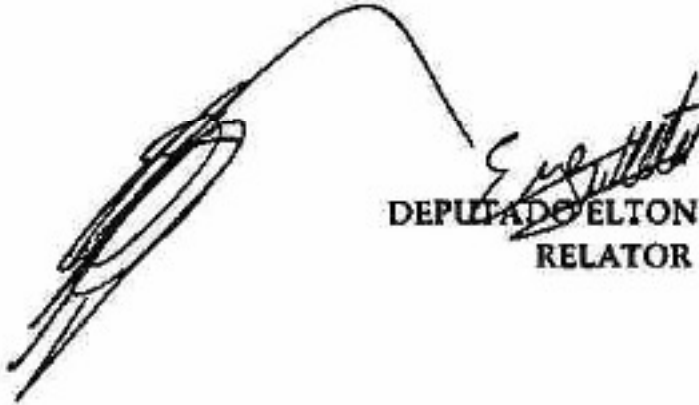
III - VOTO


A lei deve inovar, em caráter inicial, o ordenamento jurídico, conforme a lição do mestre Celso Antônio Bandeira de Mello (*Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2002 p.306*). É o que pretende o projeto ora em análise, vez que inexistente, segundo informação técnica prévia à remessa às Comissões, data consagrada à mata ciliar no calendário turístico do Estado.

As matas ciliares possuem importantes funções ambientais e, por essa razão, devem respeitar uma extensão específica de acordo com a largura do rio, lago, represa ou nascente. Trata-se de proteção natural contra o assoreamento, de barreira natural ao aparecimento de pragas e doenças na lavoura, entre outros prejuízos econômicos que podem comprometer as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais. Deste modo, a designação de data específica para comemorar e lembrar a importância da mata ciliar, em particular no Estado do Paraná, que tem na produção agropecuária o principal alicerce de sua economia, merece o nosso apoio.

O voto é, assim, pela APROVAÇÃO do PL nº 472, de 2011.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 2011.


DEPUTADO ELTON WELTER
RELATOR


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
PRESIDENTE



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 472/2011



O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, tem por escopo inserir no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Mata Ciliar.

Em razão do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.

Curitiba, 07 de novembro de 2011.

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR

DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

PRESIDENTE



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 JUN 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 479/11

D. L.

Fls. 02

EMENTA: Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário no Estado do Paraná.

Art. 2º A proibição de que trata esta Lei aplica-se a todos os fornecedores de produtos ou de serviços que emitam carnês ou boletos relativos à cobrança do serviço prestado ou do produto fornecido.

Parágrafo único. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Art. 3º A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PR fiscalizará o cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. O PROCON/PR contará com o auxílio dos órgãos municipais integrados ao Sistema DPC para o recebimento e processamento de denúncias de cobrança indevida.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator à multa, nos termos previstos no art. 57 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo único. Os valores arrecadados com a aplicação de multas reverterão ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 2011.

ELTON WELTER
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)



JUSTIFICATIVA:

A Coordenação Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça examinou, em consulta que gerou a Nota nº 777 CGAJ/DPDC/2005, a legalidade do repasse ao consumidor de despesa bancária em fatura. Concluiu aquele órgão, na ocasião, "que a cobrança das despesas de emissão de boleto bancário ao consumidor viola frontalmente o disposto nos art. 39, inciso V e 51, IV, e § 1º, incisos I, II e III, todos do CDC." [Grifamos]

A cobrança de despesas pela emissão de boleto bancário ou de carnê de pagamentos configura-se abusiva, enquadrando-se, assim, nas práticas vedadas de modo genérico pelos artigos 39 e 51 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

O artigo 24, incisos V e VIII, da Constituição Federal, dispõe que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo e sobre a responsabilidade, entre outras, por dano ao consumidor. Os §§ 1º e 2º do mesmo artigo 24 informam que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais e que tal competência não exclui a competência suplementar dos Estados.

A Constituição do Estado do Paraná elenca tais atribuições no artigo 13, incisos V e VIII, e também no artigo 145. Em seu artigo 65, a Carta Estadual informa que a iniciativa de leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa.

Portanto, do ponto de vista constitucional, a matéria é de natureza legislativa. Quanto à iniciativa, de competência concorrente. Assim, também, o Regimento Interno desta Casa respalda a proposição, por força do disposto no § 1º do artigo 121.

De outra parte, não se pretende conferir atribuição nova à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/PR, vez que o Chefe do Executivo já o fez nos termos do artigo 23 do Decreto nº 609/91 (Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania) e na legislação subsequente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)


D. L.

Fls. 04

Os Procons – a exemplo da nossa Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – são órgãos estaduais e municipais de defesa do consumidor, criados na forma da lei, especificamente para este fim, com competências, no âmbito de sua jurisdição, para exercitar as atividades contidas no Código de Defesa do Consumidor e no Decreto nº 2.181/97, visando garantir os direitos dos consumidores. Conformam tais órgãos o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDIC), conjugação de esforços do Estado, nas diversas unidades da Federação e da sociedade civil, para a implementação efetiva dos direitos do consumidor e para o respeito da pessoa humana na relação de consumo.

O objetivo desta proposição é, portanto, evitar que os consumidores sejam excessivamente onerados, vez que, em regra, não têm ciência da cobrança pela emissão de carnê ou de boleto bancário. E o Código de Defesa do Consumidor exige clareza nas cláusulas que limitem o direito do consumidor ou que o onerem excessivamente.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 2011.


ELTON WELTER
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 479/11

Projeto de Lei nº. 479/11

Autor: Deputado Elton Weller.

Súmula: Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

EMENTA: PROIBIÇÃO DA COBRANÇA DE DESPESAS POR EMISSÃO DE CARNÊ OU BOLETO BANCÁRIO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 63 E 65 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI 8078 DE SETEMBRO DE 1990. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Deputado Elton Weller tem como intuito proibir a cobrança despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O processo legislativo no que se refere à Lei ordinária, que é o caso em tela, está tipificado na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu artigo 63, inciso III, senão vejamos:

Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III - leis ordinárias;

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Como o Projeto de Lei em questão não está elencado no rol de exclusividade do Governador do Estado, a mesma possui a legalidade necessária para que tenha a sua aprovação.

Com referência a relação de consumo e a sua legalidade, temos a Lei 8.078 de Setembro de 1990 que criou o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, em seu artigo 39 a regulamentação sobre cobranças abusivas, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994).

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

Na mesma Lei, visualizamos no artigo 51 a nulidade das obrigações iníquas, que é o caso em tela, cobrança realizada de forma abusiva, haja vista as empresas que emitem tais carnês ou boletos cobram um percentual mensal para realizar as suas atividades, vejamos:

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade

Diante do exposto, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, pois não acarretará aumento de despesa para o Poder Executivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fl. 20

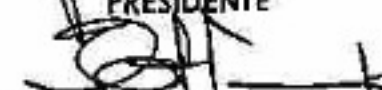
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

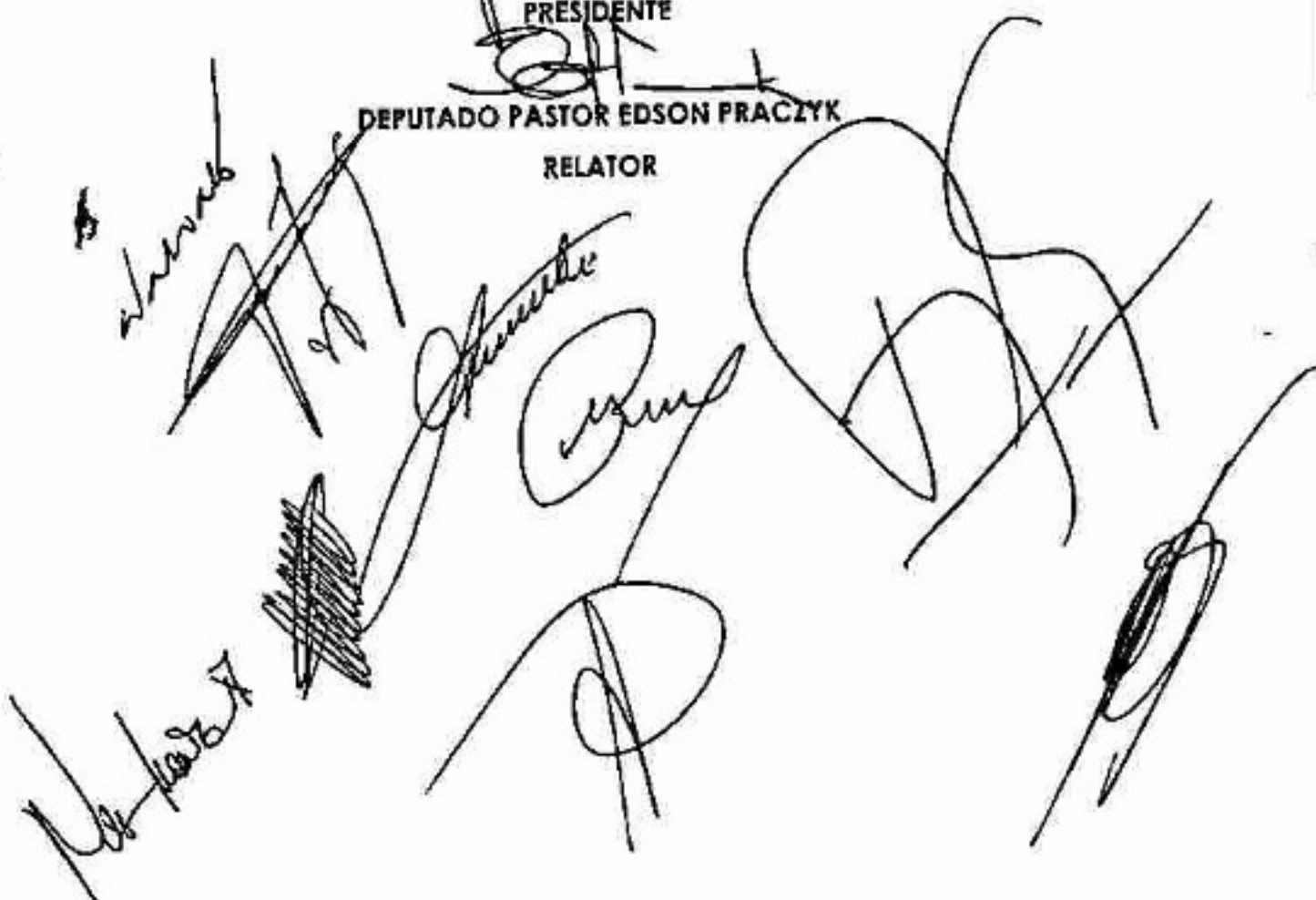
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de Agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Claiton Kielse - Deputado Nereu Moura - Deputado Pedro Luppatt,
Deputada Rosa Lúcio - Deputado Párcles de Hollenbein Mello

D. L.

22

Parecer aos Projetos de Lei n. 479/2011 e Projeto de Lei n. 557/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, vieram os Projetos para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor.

Com efeito, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Neste sentido, propõem os Deputados Estaduais Elton Welter e Leonaldo Paranhos a obrigatoriedade legal de que "Fica proibida a cobrança de despesas e taxas por emissão de carnê ou boleto bancário no Estado do Paraná e dá outras providências".

Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelos Deputados proponentes de que é vedada a cobrança de qualquer valor que não esteja diretamente vinculado ao serviço ou produto oferecido, tendo, inclusive, o Banco Central do Brasil emitido Carta-circular, em que expressa a ilegalidade de tal cobrança, "verbis":

CARTA-CIRCULAR Nº 3.349, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008:

Esclarece acerca das disposições das Resoluções nºs 3.516 e 3.518 e da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise - Deputado Nereu Moura - Deputado Pedro Lupion,
Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Hollenbach Mello



Circular nº 3.371, todas de 2007.

Em face de dúvidas suscitadas por instituições do mercado financeiro relativamente às disposições das Resoluções nºs 3.516 e 3.518 e da Circular nº 3.371, todas de 6 de dezembro de 2007, esclarecemos que:

I - considerando que a Taxa Selic é expressa sob a forma anual, conforme a Circular nº 2.781, de 18 de junho de 1997, a taxa de desconto de que trata a Resolução nº 3.516, de 2007, deve ser apurada na periodicidade anual;

II - a quantidade de cheques mensais gratuitos deve ser considerada para cada conta de depósitos, independentemente do número de titulares;

III - a tarifa de renovação cadastral somente pode ser cobrada quando houver efetiva prestação do serviço, não podendo ser cobrada por simples decurso de prazo;

IV - a quantidade de cartões a ser fornecida aos titulares da conta de depósitos deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição e os clientes, vedada a cobrança de tarifa pelo fornecimento de cartões, em face do disposto no art. 2º da Resolução nº 3.518, de 2007;

V - o serviço de cobrança bancária, realizado mediante a utilização de bloquitos/boletos de cobrança, em face do contido na Circular nº 3.255, de 31 de agosto de 2004:

a) é caracterizado como "serviço especial", nos termos do art. 4º da Resolução nº 3.518, de 2007;

b) não se enquadra entre os serviços passíveis de cobrança do sacado,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Gleiton Kieise - Deputado Nereu Moura - Deputado Pedro Lúcio
Deputada Rose Lúcio - Deputado Péricles de Hollenbach Mello

D. L.

Fls. 24

a título de tarifa ou de ressarcimento de despesas, nos termos da Resolução nº 3.518, de 2007, por caracterizar prestação de serviço ao cedente/sacador;

VI - na divulgação de pacote de serviços a que se refere o art. 9º, Incisos III e IV, da Resolução nº 3.518, de 2007, tendo em vista as disposições dos arts. 6º, § 3º, e 7º da mesma norma, devem ser explicitadas as informações necessárias para a comparação entre o valor do pacote e o somatório dos preços de cada serviço que o compõe, tais como os serviços pelos quais não são cobradas tarifas, ou cuja cobrança é vedada, o total de eventos admitido por serviço e a quantidade de eventos gratuitos.

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES

Chefe.

-grifo nosso-

Por sua vez, o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, ao regular o dever de informar o consumidor, dispõe que: "a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores".

Contudo, além da cobrança do boleto bancário, outras despesas indevidamente cobradas deveriam ser objeto do presente Projeto de Lei, uma vez que já afastadas inclusive pelo Poder Judiciário, conforme se pode verificar da decisão seguinte, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e acompanhada por todos os tribunais pátrios:

Processo: 757277-8 (Acórdão) Relator(a): José Sebastião Fagundes Cunha
Órgão Julgador: 18ª Câmara Cível Comarca: Cornélio Procopio Data do Julgamento:
20/07/2011 Fonte/Data da Publicação: DJ: 389 08/08/2011



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleiss - Deputado Nereu Moura - Deputado Pedro Lapini
Deputada Rose Lito - Deputado Párcles de Holleben Mello

D. L.
25

Ementa

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da 18ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargadores OBERTO DE VICENTE - Presidente sem voto, JOSÉ SEBASTIÃO FAGUNDES CUNHA - Relator, IVANISE MARIA TRATZ MARTINS - Revisora e Sérgio Rolanski - Vogal, a unanimidade de Votos, em CONHECER o Recurso de Apelação Cível e, no mérito em NEGAR PROVIMENTO, de acordo com o Voto e os fundamentos do Relator, conforme consta na Ata de Julgamento. **EMENTA:** EMENTA RECURSO APELAÇÃO CÍVEL. FINANCIAMENTO BANCÁRIO. REVISÃO DE CONTRATO QUITADO. POSSIBILIDADE. DECADENCIA. NÃO OCORRENCIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INADMISSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA CUMULATIVA COM QUAISQUER OUTROS ENCARGOS. COBRANÇA DE TAC E TEC. ILEGALIDADE. REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO. APLICABILIDADE DO ARTIGO 42 DO CDC. 1. Nos contratos de financiamento, por força da suspensão da eficácia do art. 5º e § 1º da medida provisória 2.170-36/2001, promovida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede liminar, na ADIN 2.316-DF (situação equivalente à ausência de lei específica) incide a súmula n.º 121 do STF, que veda a capitalização de juros, lida, obviamente, à luz do Código Civil de 2002, por ser mais recente, o qual permite apenas a capitalização anual no seu art. 591, desde que expressamente pactuada, incidindo, em caso contrário, na forma simples. 2. As taxas de abertura de crédito (TAC), de emissão de carnê (TEC) e outras taxas como serviços de terceiro e registro de contrato são indevidas, eis que beneficiam exclusivamente a instituição financeira configurando flagrante violação aos princípios da transparência e da boa-fé previstos no CDC. Precedentes do STJ. 3. A repetição do indébito de valores cobrados indevidamente há de ser feita em dobro, conforme previsão do artigo 42 do CDC. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. – grifo nosso

Assim, é o parecer **FAVORÁVEL** à aprovação dos Projetos de Lei 479/2011 e 557/2011, com a apresentação de Emenda, em anexo, vindo, inclusive, a unificar os



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

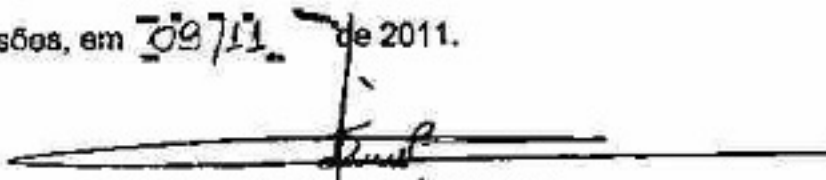
Membros Titulares: Deputado Claiton Kleiss - Deputado Nerau Moura - Deputado Pedro Lupion
Deputada Rose Litro - Deputado Péricles de Hollaben Mello

D. L.

26

Projetos de Lei.

Sala das Comissões, em 09/11 de 2011.


DEPUTADO ADELINO RIBEIRO

Presidente


DEPUTADA ROSE LITRO

Relatora







**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EMENDA AOS PROJETOS DE LEI No.479/2011 e 557/2011

AUTORES: Deputados Elton Welter e Leonaldo Paranhos

ART 1º - Fica proibida a cobrança de valor extra por produto ou serviço bancário, que não aquela inerente ao próprio produto ou serviço, tais como emissão de carnê ou boleto bancário, abertura de crédito, aprovação de cadastro, serviços de tercelros e registro de contrato.

ART 2º - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

- I - Advertência escrita;**
- II - Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil Reais) por ato; e**
- III - Cassação da Inscrição Estadual.**

ART 3º. - A fiscalização da medida será feita pelos órgãos estaduais de proteção e defesa do consumidor, de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n. 8.078/90).


Parágrafo único - Os valores arrecadados com a aplicação de multas oriundas do descumprimento desta Lei serão revertidas ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON.

ART 4º. - Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Reunião das Comissões, em
de 2011.**

09/11


DEP. ADELINO RIBEIRO
Presidente


DEP. ROSE LITRO
Relatora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Deputado André Bueno



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 479/11 e Nº 557/11

PROJETOS DE LEI Nº 479/11 e Nº 557/11

AUTORES: DEPUTADO ELTON WELTER
DEPUTADO PARANHOS

SÚMULA

Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

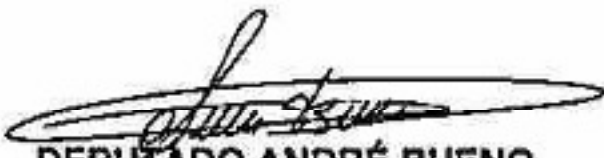
JUSTIFICATIVA

Finalidade de evitar abusos excessivos aos consumidores, vez que em regra, não tem ciência do seu direito.



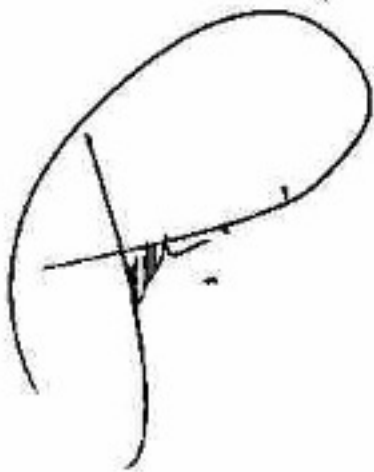
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL presente projeto de Lei.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR









Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

ANÁLISE À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 479/11

Projeto de Lei nº 479/11

Autor da emenda: Comissão de Defesa do Consumidor - Deputada Rose Litro.

SÍNTESE: Dispõe sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Elton Welter tem como objetivo dispor sobre a proibição de cobrança de despesas por emissão de carnê ou boleto bancário, e dá outras providências, sendo que recebeu meu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

Ocorre que, recebeu Emenda Substitutiva da Comissão de Defesa do Consumidor, de autoria da Deputada Rose Litro. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:
§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:
- emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.
§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:
II - apresentar substitutivos, emendas e subemendas, (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

- ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

1 - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento, (grifo nosso).

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda substitutiva foi proposta pelo relator na Comissão de Defesa do Consumidor.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva, vide §2º deste mesmo artigo, aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

(grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

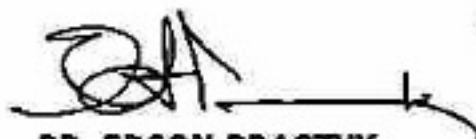
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pela Comissão de Defesa do Consumidor de autoria da Deputada Rose Litro, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em dezembro de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 500/11



EMENTA: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Internacional do Peixe e Copa Suína no Carrossel que se realiza anualmente no município de Itaipulândia.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Internacional do Peixe e Copa Suína no Carrossel que se realiza anualmente nas proximidades do dia 10 de novembro, no Balneário de linha Jacutinga, município de Itaipulândia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 2011


ADEMIR BIER
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 03

Justificativa

A Festa Internacional do Peixe e Copa Suína no Carrossel de Itaipulândia é realizada anualmente nas proximidades do dia 10 de Novembro, no Balneário de linha Jacutinga, homenageando o dia em que a população do distrito de Apareddinha do Oeste votou "sim" no plebiscito. Portanto, nessa data comemora-se o aniversário do município de Itaipulândia.

No início, em 1994, a festa era conhecida como Festa do Dourado no Rolete. Para atender à demanda e facilitar a maneira de assar, implantaram-se os carrosséis, onde os dourados são assados simultaneamente, suspensos por grades que giram sobre a brasa. A festa passou então a se chamar Festa do Dourado no Carrossel.

No entanto, no ano de 2009 o Poder Público Municipal decidiu em reunião a troca do nome da festa para Festa do Peixe e Copa Suína no Carrossel, por motivo de ameaça de extinção do dourado. Sendo assim, foi feita a substituição por peixes nativos do lago de Itaipu e de criadores de peixe da região, entre eles: Plapara, Carpa e Pacu.

Além disso, em virtude da implantação do Frigorífico de Suínos na cidade, a festa, que serve um saboroso almoço entre outras atividades que são realizadas durante o dia e nos dias que antecedem ao evento, conta ainda com a copa (parte nobre do porco).

Os peixes são temperados um dia antes de irem ao fogo, com temperos à base de limão. Ficam rodando no carrossel por cerca de seis horas. O mesmo tempo de fogo serve para a copa suína.

A festa é organizada pela prefeitura, em parceria com ACIAI (Associação Comercial e Empresarial de Itaipulândia), com o apoio e envolvimento do Provopar Municipal. Em média, 3 mil porções são servidas, perfazendo um movimento financeiro R\$ 60 mil anuais só com as refeições.

Durante o evento, acontecem outras atrações simultâneas como rodeios e shows nos dias que antecedem a festa principal, atraindo cerca de 10 mil pessoas. Normalmente são três dias de atrações, com programação variada.

Pelo exposto, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei.



Projeto de Lei nº 500/2011.

Autor: Deputado ADEMIR BIER

PARECER:

O Projeto de Lei nº 500/2011, de autoria do Deputado Ademir Bier, tem como escopo inserir no Calendário Oficial de Turismo do Estado do Paraná a "Festa Internacional do Peixe e Copa Suína no Carrossel", que se realiza, anualmente, no Balneário de Linha Jacutinga, Município de Itaipulândia.

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 24-X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente, sobre cultura, sendo, ainda, incumbência do Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais (art. 215-caput).

Também a Constituição Estadual, em seu artigo 190, caput, estabelece que a cultura é direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos Estaduais e Municipais.

Ocorre, que a "Festa Internacional do peixe e Copa Suína no Carrossel" já se encontra devidamente inserida no Calendário Oficial de Turismo do Estado do Paraná, sem, no entanto, a devida previsão legal, como se pode comprovar nas páginas da internet do Paraná Turismo, no link: <http://celepar7.pr.gov.br/eventos/11staeventos.asp>, onde consta:



XVI FESTA INTERNACIONAL DO PEIXE E COPA SUÍNA NO CARROSSEL

De 13 de Novembro de 2011 a 13 de Novembro de 2011

Inserida nas comemorações de aniversário, o município apresenta seu prato típico com muita festa e música, atraindo visitantes de toda região.

Local: Terminal Turístico - Balneário de Jacutinga

Município: ITAIPULÂNDIA

Entidade Informante

Nome: Prefeitura Municipal

Endereço: Rua São Miguel do Iguaçu, 1891

Telefone: (45) 3559-8000

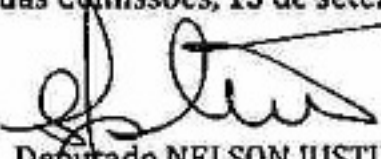
Fax: (45) 3559-8084

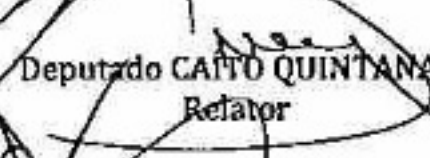
Home Page: www.itaipulandia.pr.gov.br

e-mail: turismo@itaipulandia.pr.gov.br

Diante do exposto, considerando-se que a "Festa Internacional do peixe e Copa Suína no Carrossel" já se encontra inserida no Calendário Oficial de Turismo do Estado do Paraná, porém sem a devida previsão legal no ordenamento jurídico do Estado, nosso Parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em razão de sua legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado CAIO QUINTANA
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 500/2011

Projeto de Lei nº. 500/2011

Autor: Deputado Ademir Bier

Súmula: Insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa Internacional do Peixe e Copa Suína no Carrossel, que se realiza anualmente no Município de Itaipulândia.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Ademir Bier, tem por objetivo inserir no Calendário Turístico Oficial do Estado a Festa Internacional do Peixe e Copa Suína no Carrossel, realizada anualmente no Balneário de linha Jacutinga, Município de Itaipulândia, nas proximidades do dia 10 de novembro, em alusão ao aniversário do Município.

A festa é organizada pela Prefeitura Municipal, em parceria com a Associação Comercial e Empresarial de Itaipulândia (ACIAI) e com o apoio e envolvimento da Provopar Municipal. São servidos peixes nativos do lago de Itaipu como Piapara, Carpa e Pacu, que são temperados no dia anterior e assados simultaneamente, suspensos por grades, nos carrosséis giratórios. Durante o evento são servidas, em média, três mil porcoes, perfazendo um movimento financeiro de R\$60.000,00 anuais só com refeições. Simultaneamente ao evento, acontecem atrações como rodeis e shows, atraindo milhares de pessoas.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 13/09/2011, tendo como relator o Deputado Caio Quintana, e agora esta Comissão é chamada a se



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



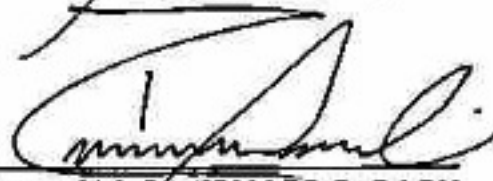
manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.


No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 500/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Ademir Bier propôs o Projeto de Lei nº 500/2011, com o intuito de instituir, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a "Festa Internacional do Peixe e Copa Sulina no Carrossel que se realiza anualmente no Município de Itaipulândia".

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Galto Quintana, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal, embora já houvesse a inserção de tal festa no Calendário Oficial do Estado, mas sem a previsão legal.

Tão logo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto foi enviado à Comissão de Turismo, recebendo parecer pela aprovação do relator Bernardo Carli.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que as comidas típicas inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural.

72



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Portanto, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aquelas que fazem parte das culturas típicas da colonização brasileira.

Vale destacar, ainda, que a previsão legislativa de uma festa que anteriormente já constava no Calendário Oficial será de fundamental importância, posto que institucionalizará algo que enriquece bastante a comunidade local onde a festa é realizada, valorizando o patrimônio cultural imaterial de determinado povo.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 12 de dezembro de 2011.

DEPUTADO PERICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR

DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO